

CLIPPING IMPRESSO

VEÍCULO - JORNAL O GLOBO

DATA - QUARTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2002

Quem perde com a pirataria?

NELSON ROCHA

Pouca gente sabe dos enormes prejuízos que a comercialização de produtos falsificados — a chamada pirataria — causa ao Estado do Rio. Aqui, infelizmente, a quantidade de adulterações vem crescendo, e o resultado disso é a formação de um rombo que pode ultrapassar a cifra de R\$ 500 milhões anuais nos cofres públicos — dinheiro que permitiria melhorias consideráveis.

Só para citar duas áreas importantes, educação e saúde, a cifra acima citada, se fosse recolhida aos cofres públicos estaduais, daria para pagar 70% dos gastos com saúde ou 20% dos gastos com educação, segundo os dados de 2001.

Mas não é só isso. O consumo de produtos fraudados pode trazer malefícios à saúde. É o caso dos cigarros manufaturados com fumo falsificado, que são responsáveis pela internação de grande número de pessoas nos hospitais públicos, diminuindo, conseqüentemente, a oferta de leitos para outros casos clínicos. Por estas e outras se percebe clara-

mente quem paga o pato nessa história de pirataria.

É forçoso dizer que este quadro não é fácil de mudar; sendo, portanto, imprescindível a ação integrada das três esferas de governo. No combate aos falsificadores, cada um desempenharia o seu papel: a autoridade federal marcando presença forte nas fronteiras para impedir o contrabando, as estaduais se encarregando da fiscalização nas divisas para impossibilitar a chegada dos produtos aos grandes centros, e as prefeituras reprimindo o comércio informal.

Estas são ações que se fazem necessárias e urgentes, pois as cifras da evasão fiscal são cada vez mais gritantes. Um exemplo vem do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom). Esta entidade apurou que, ano a ano, são comercializados no país 5,7 bilhões de litros de combustíveis adulterados, que geram um fluxo de

cerca de R\$ 7 bilhões e provocam uma perda de R\$ 2,5 bilhões de receita em impostos federais e estaduais.

E o que dizer da indústria nacional de softwares, que há muito tempo navega em um mar infestado de piratas? O prejuízo anual no país chega a R\$

915 milhões. Só para se ter uma idéia, desde 1999, do total de softwares vendidos, 58% são clonados. Segundo o setor, se o índice de clonagem fosse reduzido para 25%, as contribuições fiscais subiriam dos atuais R\$ 1,5 bilhão para R\$ 3,9 bilhões e, mais ainda, 36 mil novos postos de trabalho seriam criados.

Outro segmento atingido é o fonográfico. Sua perda anual chega a R\$ 300 milhões, incluídos aí o dinheiro investido pelas gravadoras, o pagamento dos artistas e os direitos autorais. Esses direitos são violados, prejudicando aqueles que, com talento, desenvolveram suas obras, afetando a longo prazo a pro-

dução artística e intelectual do país.

Para acabar com a festa dos fraudadores, é preciso que todos os estados tomem sérias providências, criando mecanismos que combatam a falsificação. Estabelecer parcerias neste sentido entre setores públicos é uma das opções. Assim como criar mecanismos que indiquem a procedência dos produtos em suas notas fiscais. São medidas simples que podem refletir positivamente no caixa dos estados.

Já está provado que a união é o único caminho para combatermos com eficiência a pirataria. Somente através da ação conjunta do poder público, das empresas e entidades, citando aqui o Conselho Regional de Contabilidade/RJ, do qual faço parte, e da sociedade conseguiremos implementar efetivamente medidas que impeçam a comercialização ilegal de produtos. Pois esta é uma prática que, por gerar prejuízos financeiros aos cofres do estado, atinge impiedosamente todo o povo do Rio de Janeiro.

NELSON ROCHA é secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

As cifras da evasão fiscal atingem proporções alarmantes